

VIABILIDADE DA IMPLANTAÇÃO DE UM BANCO DE ALIMENTOS EM UM LAR DE IDOSOS NO CENTRO-OESTE DE MINAS GERAIS.

Autoria

DENISE SANTOS DE OLIVEIRA
CIÊNCIAS CONTÁBEIS/FAPAM-FACULDADE DE PARÁ DE MINAS

Professor Orientador

ANNEVIA PALHARES VIEIRA DINIZ OLIVEIRA

Resumo

Em todos os Setores da economia, existe a constante preocupação de reduzir custos e de se fazer investimentos de maneira correta, de modo a não perder recursos. Este artigo tem o objetivo de identificar os investimentos necessários, os custos e a economia gerada na instituição de longa permanência para idosos caso seja implantado o Banco de Alimentos, ou seja, se tal investimento é viável. A pesquisa pode ser classificada como exploratória de natureza quantitativa. Os dados foram levantados através de entrevistas a três varejistas de Horti-Fruti da cidade, de visitas in loco na instituição, e foram analisados de forma quantitativa. O resultado do estudo mostra através das ferramentas de análise VPL; Payback descontado e TIR que mesmo sem parcerias, o investimento é capaz de gerar economias significativas. A importância do presente trabalho se dá pelo fato de que o Terceiro Setor sofre ainda mais que os outros com as constantes exigências externas, e a falta de recursos para acatá-las, por isso, deve avaliar tecnicamente seus investimentos.

Palavras-chave: Banco de Alimentos. Viabilidade. Terceiro Setor.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, GOVERNO E TERCEIRO SETOR

**VIABILIDADE DA IMPLANTAÇÃO DE UM BANCO DE ALIMENTOS EM UM LAR
DE IDOSOS NO CENTRO-OESTE DE MINAS GERAIS.**

RESUMO

Em todos os Setores da economia, existe a constante preocupação de reduzir custos e de se fazer investimentos de maneira correta, de modo a não perder recursos. Este artigo tem o objetivo de identificar os investimentos necessários, os custos e a economia gerada na instituição de longa permanência para idosos caso seja implantado o Banco de Alimentos, ou seja, se tal investimento é viável. A pesquisa pode ser classificada como exploratória de natureza quantitativa. Os dados foram levantados através de entrevistas a três varejistas de Horti-Fruti da cidade, de visitas in loco na instituição, e foram analisados de forma quantitativa. O resultado do estudo mostra através das ferramentas de análise VPL; *Payback* descontado e TIR que mesmo sem parcerias, o investimento é capaz de gerar economias significativas. A importância do presente trabalho se dá pelo fato de que o Terceiro Setor sofre ainda mais que os outros com as constantes exigências externas, e a falta de recursos para acatá-las, por isso, deve avaliar tecnicamente seus investimentos.

Palavras-chave: Banco de Alimentos. Viabilidade. Terceiro Setor.

1 INTRODUÇÃO

Com a traumática experiência vivenciada pela Europa após o fim da Primeira Guerra Mundial, ficou claro que um país poderia dominar outro através do fornecimento de alimentos. Daí surgiu o termo “Segurança alimentar”. (MALUF et al., 2017 apud IDEIAS NA MESA, [s.d.]).

Acreditava-se que a segurança alimentar estava ligada somente à capacidade produtiva de cada país. No entanto, mesmo após a recuperação da produção mundial, índices de subnutrição continuavam preocupantes. (MALUF et al., 2017 apud IDEIAS NA MESA, [s.d.]). Assim sendo, a sociedade civil começou a se organizar em prol de um objetivo comum: a segurança alimentar.

Para sanar essa necessidade humana, classificada pelo psicólogo norte-americano Abraham Maslow (SERRANO, 2011 apud PORTAL DO MARKETING, 2011) como uma das primordiais, foram criados alguns projetos. O Banco de Alimentos é um deles. (BANCO DE ALIMENTOS DE SÃO PAULO, 2017).

Conforme informações obtidas no *site* do Banco de Alimentos da Região Metropolitana de São Paulo, o desperdício ocorre nas seguintes proporções: 10% no campo, 50% no transporte, 30% comercialização e abastecimento e 10% no varejo e consumidor final. O Banco de Alimentos atua no último. (BANCO DE ALIMENTOS DE SÃO PAULO, 2017).

A idéia dos bancos de alimentos nasceu na cidade norte-americana de Phoenix, no Arizona, nos anos 60. Sua principal função é recolher em supermercados e sacolões alimentos que estão impróprios para venda, mas que não oferecem risco de consumo e, no mesmo dia, faz chegar às entidades cadastradas (Creches, Asilos, Casas de recuperação, Hospitais). Atua também na conscientização dos doadores quanto à sua importância, e a importância de se doar de maneira regular. (CEASA CAMPINAS, 2017).

Paralelamente, a sociedade foi se organizando com os mais variados objetivos. Assim, em outubro de 1967 foi inaugurada uma Instituição de Longa Permanência para Idosos em uma cidade do centro-oeste de Minas Gerais, com a missão de acolher, abrigar e dar condição de vida digna aos idosos da comunidade.

Ocorre então o fortalecimento de um movimento iniciado no Brasil na década de 70, denominado Terceiro Setor. Foi assim denominado por ser uma terceira forma de redistribuição de riqueza, diferente do Estado (Primeiro Setor) e do mercado (Segundo Setor), pois alia a redistribuição de riquezas à disseminação de valores sociais. (SLOMSKI et al., 2012).

Para Silva (2008), autor de diversos artigos na área do direito Tributário e do Terceiro Setor, esse movimento surgiu como uma alternativa para alcançar setores carentes não atendidos pelo estado, por meio de uma sociedade civil solidária e organizada.

Em 1974, ocorreu em Roma a I Conferência Mundial de Alimentação das Nações Unidas, em que o centro da discussão sobre a fome deixou de ser a capacidade produtiva, tornando-se um problema político e social. (MALUF et al., 2017 apud IDEIAS NA MESA, [s.d.]).

Em 1988, a Constituição Federal reconhece que são objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil garantir o desenvolvimento nacional erradicar a pobreza e a marginalização, e reduzir as desigualdades sociais e regionais (BRASIL, 1988). No entanto, o estado não conseguiu atender a todas as demandas sociais. Por esse motivo, ocorreu o fortalecimento de instituições do Terceiro Setor, juntamente com o aumento de exigências tanto de órgãos reguladores, como da

sociedade civil, que ao fazer doações exige uma contraprestação muitas vezes fora da realidade.

Hoje, após meio século de atividade, a instituição de longa permanência para idosos localizada no centro-oeste mineiro, que é uma Associação privada, abriga 57 idosos, com diferentes carências nutricionais. Por esse motivo, as despesas com alimentação chegam a 10% das despesas totais, sendo que os produtos denominados horti-fruti representam cerca de metade desse percentual. Sua principal fonte de recursos são as aposentadorias dos residentes (cerca de 50% das Receitas). O restante das Receitas é auferido através de convênios e das mais diversas doações, portanto, não são constantes. É necessário um esforço redobrado por parte da diretoria, pois devido ao estado dos residentes e das constantes fiscalizações (sejam elas da sociedade civil ou de órgãos reguladores), cortes de gastos são praticamente impossíveis. Por esse motivo, a fidelização de doações mostra-se uma alternativa para solucionar a constante instabilidade financeira vivenciada pela instituição.

Embora as empresas Terceiro Setor trabalhem na disseminação de valores sociais, tal como empresas dos demais setores, existe uma constante preocupação na redução dos custos, e a alimentação tem parcela significativa na composição desses. Baseado no exposto é levantado à seguinte questão: qual a viabilidade econômico-financeira da implantação de um Banco de Alimentos em um Lar de Idosos em uma cidade no Centro-Oeste de Minas Gerais?

A partir dessa questão, procurar-se-á desenvolver um projeto onde se evidencie os investimentos necessários, os custos e a economia gerada na instituição caso seja implantado o Banco de Alimentos, ou seja, se tal investimento é viável para a instituição.

O presente trabalho justifica-se pelo fato de que o Banco de Alimentos mostra-se uma alternativa de fácil implantação e de grandes promessas de economia. Embora não seja usual, o Terceiro Setor deve avaliar tecnicamente seus investimentos, pois esse setor sofre ainda mais que os outros com as constantes exigências externas e a falta de recursos para acatá-las. Dado o crescimento do Terceiro Setor, faz-se necessários cada vez mais estudos voltados à esse tema.

Pretende-se ao final do trabalho, conseguir afirmar com clareza e confiabilidade se seria interessante para a instituição realizar tal investimento.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Será tratado neste tópico o parecer de vários autores sobre: Viabilidade Financeira; Fluxo de Caixa Descontado; Fluxo de Caixa Adicional; Período de Projeção; Custo de oportunidade; Análise de investimentos; Pay Back Descontado; VPL; TIR e TMA, de modo a facilitar o entendimento do presente trabalho.

2.1 Viabilidade Financeira

Camloffski (2014) diz que em um mundo onde o capital já não tem mais fronteiras, não há espaço para investimentos malsucedidos, pois esses podem prejudicar a imagem da empresa em vários pontos, bem como comprometer a sua continuidade. A análise da Viabilidade Financeira dos investimentos torna-se fator primordial para os gestores antes da alocação dos recursos .

Várias são as definições de Viabilidade, porém, o entendimento delas é praticamente o mesmo.

Avaliar a Viabilidade Econômico-financeira de um investimento é reunir argumentos e informações para construir os fluxos de caixa esperados em cada um dos períodos da vida desse investimento e aplicar técnicas que permitam evidenciar se as futuras entradas de caixa compensam a realização do investimento. (SOUZA, 2003, p. 53).

Bruni (2013) resume dizendo que a análise da Viabilidade de investimentos deve verificar, a partir de estimativas futuras de fluxo de caixa, se os gastos com o investimento foram compensados pelos benefícios gerados.

Existem outros métodos de avaliação de investimentos, mas para o presente artigo será utilizado o Fluxo de Caixa Descontado.

2.2 Fluxo de caixa descontado

Para Souza (2003) as expectativas criadas inicialmente, devem ser materializadas com a identificação das possíveis entradas e saídas de caixa. Essa materialização deve ser feita individualmente, como se cada investimento fosse um novo projeto

Bruni (2013) concorda ressaltando a usualidade do Fluxo de Caixa descontado.

No entanto, para Santos e Pamplona (2005), os critérios de Fluxo de Caixa Descontado (FCD) tradicionais, mesmo os que consideram risco, incorporam em seus fluxos de caixa as expectativas boas e ruins, mas não consideram a possibilidade da empresa abortar o processo de pesquisa quando seus resultados não forem favoráveis, desistindo de prosseguir com os trabalhos de pesquisa. Ou seja, não consideram a flexibilidade dos gestores que podem alterar o projeto dadas as circunstâncias.

É importante ressaltar que nem todos os projetos começam do zero. Alguns são investimentos que serão feitos a partir de uma realidade e isso deve ser considerado ao montar um fluxo de caixa. A esse fluxo damos o nome de Fluxo de Caixa Adicional.

2.2.1 Fluxo de caixa Adicional

No entendimento de Bruni (2013), o fluxo de caixa adicional é a alteração que, em função do investimento, irá ocorrer no Fluxo de Caixa. Para ele, esse é o conceito de maior importância para que se possam tomar decisões financeiras.

Helfert (2000) ressalta que no Fluxo de Caixa Adicional, apenas as alterações estritamente ligadas aos investimentos devem ser consideradas, sejam elas na forma de Investimento, Receitas ou Despesas. Em outras palavras, deve ser levado em consideração apenas a diferença entre o cenário atual e o cenário após a decisão.

Gitman (2003) concorda dizendo que o importante são as variações ocorridas em decorrência do projeto; e Lemes Júnior, Rigo e Cherobim (2010) completa dizendo que a origem do Fluxo de Caixa Incremental é a decisão de Investimento e o dispêndio de capital. Por isso, o que não sofre variação, ou que não apresentam valores relevantes, não é interessante para o cálculo do Fluxo de Caixa.

Para realizar os estudos das possíveis entradas e saídas de caixa, é necessário definir um recorte temporal, denominado de Período de Projeção.

2.3 Período de projeção

Bruni (2013) diz que definir o período de projeção é a primeira etapa para a projeção dos fluxos de caixa.

Marchi (2007) concorda e ressalta que este período é de análise, portanto, não se confunde com a duração de um negócio, que geralmente é um período indeterminado.

Helfert (2000) completa dizendo que o período de tempo relevante para a análise de investimento, é distinto da duração física ou tecnológica do equipamento ou processo específico.

Determinado o período; e as possíveis entradas e saídas de caixa, pode-se determinar o que a empresa deixa de ganhar ao fazer tal investimento. Tal métrica é chamada de custo de oportunidade.

2.4 Custo de Oportunidade

Camloffski (2014) diz que o termo custo de oportunidade corresponde ao resultado obtido com a segunda melhor opção de investimento a disposição. Por esse motivo, devem-se comparar projeções de rentabilidade e escolher àquela que for superior. Diz ainda que sempre haverá um Custo de oportunidade, pois, mesmo que não haja outros projetos em questão, sempre haverá a opção de investir no mercado financeiro.

“Custos de oportunidade representam os valores associados a uma alternativa abandonada ou preterida, aquilo que se deixou de fazer”. (BRUNI, 2013, p. 133).

Ou ainda de acordo com Berk e DeMarzo (2010), custo de oportunidade é a rentabilidade que é renunciada ao optar por determinado investimento.

Ross, Westerfield e Jaffe (2010) exemplificam, dizendo que caso um ativo que foi utilizado num determinado projeto, pudesse ter sido vendido alugado ou empregado em algum outro projeto, essas receitas que teriam sido geradas são corretamente chamadas de custos de oportunidade, pois a empresa estará renunciando à outras oportunidades de rendimentos.

Gitman (2003) concorda e salienta que, pelos motivos já citados pelos outros autores, deve-se acrescentar ao fluxo de caixa incremental todos os custos de oportunidade do projeto.

2.5 Análise de Investimentos

Para Souza (2003), para que seja feita a avaliação de investimentos de capital, pode-se resumir em três passos genéricos: construção dos fluxos de caixa, aplicação de técnicas de avaliação e seleção de alternativas viáveis.

“A análise dos investimentos feita pela forma tradicional tem ignorado as flexibilidades presentes nos projetos”. (SANTOS; PLAMPONA, 2005, p. 31).

Titman e Martin (2010) ressaltam a importância de se ter uma abordagem disciplinada e bem fundamentada, evitando assim, erros de decisão provenientes de análises imprecisas.

Dentre as várias ferramentas para a Análise de investimentos, algumas foram escolhidas para a avaliação do projeto em questão, sendo elencadas nos tópicos seguintes.

2.5.1 Payback descontado

“O fundamento da técnica do payback é procurar identificar o tempo necessário à recuperação do valor investido.” (SOUZA, 2003, p. 57).

Souza (2003) também diz que o *payback* por estar associado ao fator tempo, é um importante sinalizador de riscos para o investidor.

Camloffski (2014) concorda dizendo que quanto menor o *payback*, maior a liquidez do projeto e, portanto, menor o seu risco.

É consenso na literatura que o método *payback* descontado apresenta duas falhas significativas: não considera todos os capitais do fluxo de caixa, o que evidencia uma tendência de aceitação de projetos mais curtos, com menor rentabilidade em detrimento de projetos mais longos e rentáveis; e desconsidera dos valores gerados após a recuperação do capital.

No entanto, Ross et al. (2005) ressalta que pela sua simplicidade, as empresas o utilizam como filtro para a tomada de decisões.

2.5.2 Valor presente Líquido (VPL)

Para Gitman (2003) e Ross et al. (2005), o VPL é considerado uma técnica sofisticada de orçamento de capital devido ao fato de que considera explicitamente o valor do dinheiro no tempo.

“Conforme as decisões aumentam em importância – isto é, quando as empresas examinam projetos maiores –, o VPL se torna a ordem do dia”. (ROSS et al., 2005, p. 141).

Em caso de projetos de investimento, onde é feito um desembolso inicial com o objetivo do recebimento de uma série de fluxos de caixa futuros, ele representa os recebimentos futuros trazidos e somados na data zero, subtraídos do investimento inicial – sendo, assim, um Valor Presente Líquido do investimento inicial. (BRUNI, 2013, p. 246).

Camloffski (2014) concorda dizendo que para o cálculo do VPL, é necessário reduzir do investimento inicial, todos os valores constantes no fluxo de caixa descapitalizados. Dessa maneira, é apurado o ganho financeiro do investimento.

Souza (2003) acrescenta que para o cálculo do VPL, as entradas e saídas de caixa devem ser descontadas à Taxa Mínima de Retorno Aceitável pelo investidor — TMRA.

É consenso na literatura que o critério de decisão deve ser o seguinte: Se VPL maior que 0 (zero) aceitar o projeto; e VPL menor que 0 (zero) rejeitar o projeto.

Mesmo sendo considerada uma métrica superior, alguns autores chamam a atenção para algumas deficiências do VPL:

Souza (2003) diz que caso o VPL, O Valor Presente das entradas e o Valor presente das saídas não forem avaliados em conjunto, é possível que ocorram falhas.

Ross et al. (2005) salienta que os Fluxos de caixa não podem ser conhecidos, apenas estimados. Parte-se do pressuposto que o projeto não tenha riscos, e os projetos são invariavelmente arriscados.

Os maiores críticos das técnicas tradicionais são Santos e Pamplona (2005), que dão ênfase ao fato de que dada a incerteza e demora no recebimento dos fluxos, os VPLs dos investimentos de Longo Prazo acabam sendo penalizados.

2.5.3 Taxa Interna de Retorno (TIR)

Gitman (2003) define a TIR como sendo a taxa de retorno anual composta que a empresa obterá se investir no projeto e receber as entradas de caixa previstas. Na opinião do autor, essa é a técnica de orçamento de capital mais utilizada.

Para Bruni (2013), chama-se Taxa Interna de Retorno a simplificação do Fluxo de Caixa do projeto através de uma taxa.

Pode-se conceituar a Taxa Interna de Retorno de uma proposta de investimento, ou simplesmente TIR, como a taxa que iguala o Valor Presente de Entradas de caixa —VPE— ao Valor Presente das Saídas de caixa —VPS—; ou seja, é a taxa de desconto que torna o VPL igual a 0. (SOUZA, 2003, p. 77).

Camloffski (2014) aprofunda mais dizendo que a TIR é calculada considerando que as entradas de caixa previstas serão reinvestidas na mesma taxa, portanto, é o limite superior da rentabilidade de um projeto.

Lemes Júnior, Rigo e Cherobim (2010) e Ross et al. (2005) concordam que essa denominação se deve ao fato de que ela é definida somente levando-se em consideração somente os Fluxos de caixa do investimento, independentemente do mercado de capitais.

É consenso na literatura, que as críticas a serem feitas à TIR são poucas e de pequeno sentido prático: a presunção de que os fluxos de caixas serão reinvestidos na própria TIR; possibilidade de o investimento ter mais de uma TIR; e a diferença ao se analisar um investimento ou um financiamento, pois, tratando-se de investimento, quanto maior a TIR melhor. No financiamento o oposto acontece: quanto menor a TIR, melhor.

Lemes Júnior, Rigo e Cherobim (2010) ainda chama a atenção para o risco de se aceitar projetos que possuam uma TIR alta, mas que estejam abaixo da Taxa Mínima de Atratividade (TMA).

Existe uma pequena discussão sobre a superioridade do VPL ou da TIR, visto que, por vezes, as duas levam o investidor a tomar decisões diferentes.

2.5.4 VPL x TIR

Lemes Júnior, Rigo e Cherobim (2010) dizem que quando há mais de uma TIR, o VPL é a melhor opção.

Graham e Harvey (2001) citados por Titman e Martin (2010), evidenciam em uma pesquisa realizada com 392 diretores, o crescimento na confiança do VPL em relação à TIR.

Gitman (2003) diz que, por pressupor de maneira implícita que as entradas intermediárias de caixa geradas por um projeto serão reinvestidas no custo de capital, o VPL é a melhor opção. No entanto, algumas evidências indicam que os gestores financeiros optam pela TIR. Essa tendência se deve ao fato de que geralmente, há uma inclinação vinda dos investidores por taxas de retorno em detrimento de retornos monetários, além do VPL não relacionar a quantia investida ao retorno obtido.

Já Souza (2003) diz que ambas as ferramentas levam o investidor a uma mesma conclusão.

Lemes Júnior, Rigo e Cherobim (2010) explicam que os acadêmicos priorizam o VPL. Já os empresários e os executivos preferem a TIR, pois estes seguem o exemplo do mercado financeiro: fazem a análise dos investimentos comparando taxas percentuais.

Gitman (2003) estabelece o seguinte critério de decisão: se a TIR for maior que o custo de capital, aceitar o projeto; se o VPL menor que custo de capital, rejeitar o projeto.

É importante definir o retorno que se espera obter do projeto. Para tal, usa-se uma taxa percentual, conhecida como Taxa Mínima de Atratividade.

2.5.5 TMA (Taxa Mínima de Atratividade)

Schroeder et al. (2005) define a TMA como sendo o mínimo exigido para o projeto. Portanto, uma TIR maior que a TMA significa que além de cobrir o custo do capital, o projeto adiciona valor à empresa.

Bruni (2013) diz que o cálculo da TMA deve levar em consideração três aspectos relevantes: custos de oportunidade, incrementos, e livres de impostos.

Já Camloffski (2014) define a TMA como sendo o retorno que o investidor espera obter ao realizar o projeto. No entanto, ele ressalta a importância de se considerar a disparidade entre as TMAs dos diferentes projetos, pois cada investidor tem seus próprios critérios para defini-la: Pode ser o prêmio pelo risco, taxas ofertadas pelos bancos ou ainda algum projeto de vida do empreendedor. O perfil do investidor é fator determinante ao se definir a TMA

3 METODOLOGIA

A pesquisa realizada para a elaboração do projeto pode ser classificada como exploratória de natureza quantitativa e qualitativa, pois apresentará o resultado da observação do pesquisador, sem que haja a interferência na realidade e os dados obtidos foram expressos mediante símbolos numéricos e palavras. Foi identificada a viabilidade, porém a execução não está nas mãos do pesquisador.

Quanto à metodologia, o presente trabalho faz a opção pelo método levantamento de dados. Esta opção se justifica porque o método escolhido permite a observação holística do tema. Foram realizadas visitas à instituição para levantar dados como: fontes de receitas, gasto com horti-fruti, método de elaboração do cardápio e situação das instalações. Também foram levantados dados em três varejistas de horti-fruti da cidade para identificar a quantidade de alimentos descartada, o grau de reaproveitamento e a disponibilidade das mesmas se tornarem parceiras de um banco de alimentos.

O trabalho foi realizado mediante observação direta (interpretação dos dados levantados) e da realização de entrevistas de forma intencional por acessibilidade aos maiores varejistas de horti-fruti numa cidade do Centro-Oeste de MG. Foram identificados recursos necessários para a implantação: local, veículos, profissionais qualificados e equipamentos, observando quais recursos o Lar de Idosos dispõe e quais deveriam ser providenciados com seus respectivos custos.

O material documentado foi analisado de forma quantitativa, pois através de quadros e tabelas serão confrontados os gastos com a economia gerada. Os dados foram separados em: economia gerada, investimentos iniciais e gastos adicionais mensais. A partir daí foram efetuados os cálculos das ferramentas de Análise: Fluxo de caixa adicional, Valor Presente Líquido e *Payback* descontado.

O período de projeção escolhido foi de um ano dividido em quatro trimestres. Para o cálculo do Fluxo de Caixa Adicional, foi estabelecida uma TMA de 0,5%, que é o custo de oportunidade por não aplicar esses valores na poupança. Vale ressaltar que há um Projeto Social por trás do investimento, portanto, os benefícios vão além da economia gerada.

O Valor presente líquido foi obtido através da Fórmula:

VPL = Somatório dos valores presentes das entradas de caixa – Investimento inicial
Fonte: CAMLOFFSKI, 2014.

4 ANÁLISE DE DADOS E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

4.1 Levantamentos de dados necessários para implantação

O Quadro 1 mostra os dados necessários para a implantação de um Banco de Alimentos, sendo que foram obtidos em visitas e questionamentos feitos à instituição, bem como a possíveis parceiros. Foi feito um levantamento geral, para que posteriormente seja analisado o que irá demandar dispêndio de capital, e por consequência integrar ao Fluxo de Caixa.

Quadro 1 - Dados necessários à implantação de um banco de alimentos
IMPLANTAÇÃO

NECESSIDADE	DISPONÍVEL/PROVIDENCIAR
ORGANIZADOR DO GRUPO	SSVP –Diretoria do lar de idosos.
SEGURANÇA ALIMENTAR:	Deverá ser contratado um profissional da área de nutrição, bem como a solicitação de um Alvará Sanitário.
COMO FAZER A LOGÍSTICA:	A Instituição tem veículo disponível. Deve-se ter o cuidado com a devida higienização quando este for utilizado no banco de alimentos
PARCEIROS:	Conferências, Equipe de marketing e GTI da FAPAM
LOCAL DAS REUNIÕES:	Sede do Conselho central de Pará de Minas, local onde já são realizadas reuniões da dita diretoria.
NATUREZA JURÍDICA	Não será necessário um novo registro, pois o Banco de Alimentos será diretamente ligado a instituição, que é uma Associação Privada.
INSTALAÇÕES : Água corrente: Esgoto: Freezer ou câmara fria: Prateleiras: Prevenção de insetos e roedores	Será necessária a aquisição de uma geladeira Industrial que faça com que os alimentos sejam conservados da maneira prevista na Legislação. A higienização é feita de maneira constante.

PESSOAL • Diretoria: • Auxiliar de serviços: • Nutricionista: Motorista	- Diretoria da Instituição - Conta com 05 Auxiliares de cozinha - Possui motorista à disposição - Será necessário a contratação de um nutricionista responsável pela segurança alimentar e um técnico em alimentação para a seleção e manuseio dos alimentos. Dessa maneira a instituição estará atendendo a RDC 283/2005
MANTENEDORA: SSVP • Aluguel: • Condomínio • Luz e água • Telefone • Transportes • Despesas Diversas • Combustível: • Pessoal: Publicidade	- A Instituição de Longa permanência para idosos possui recursos que atendam ao banco de alimentos. Seriam necessários apenas ajustes na rotina da instituição, que não gerariam custos adicionais relevantes. - Quanto à publicidade, será necessária uma propaganda para a inauguração do Banco de Alimentos.
DOADORES:	Varejistas de Horti-Fruti de Pará de Minas
Desenvolvimento de software	Coordenação do Curso GTI/ FAPAM

INAUGURAÇÃO

Fonte: adaptado de REDE DE BANCO DE ALIMENTOS DO RIO GRANDE DO SUL, [s.d.].

Serão feitas campanhas nas mídias sociais para que haja o maior número de doadores possíveis.

4.2 Análise de viabilidade

Para que o Banco de Alimentos se torne realidade, é indispensável à figura do varejista doador. Para analisar a existência deles, foi realizada uma entrevista com três varejistas da cidade. Essa entrevista teve por objetivo identificar a quantidade de alimentos descartada, a quantidade passível de reaproveitamento, se a perda era maior entre as frutas, verduras ou legumes e, principalmente, se havia o interesse por parte dos proprietários de serem doadores. Dos três, dois estariam dispostos a fazer a doação para o banco de alimentos, sendo que o terceiro não doaria por já encaminhar esse material a outra instituição. Isso demonstra que entre os varejistas existe o senso de responsabilidade social.

Somente nesses dois estabelecimentos são descartados mensalmente cerca de 2000 Kg de alimentos, sendo estimado um aproveitamento aproximado de 400 kg.

Foram realizados levantamento de dados na instituição. Não se sabe ao certo quantos kg de horti-fruti são consumidos na instituição, mas sabe-se que mensalmente há um desembolso de cerca de R\$5.000,00. Considerando um preço médio de compra de R\$2,50/Kg, chega-se a conclusão que a instituição adquire cerca de 2.000 Kg de horti-fruti.

Após avaliação, foram constatados quais seriam os investimentos necessários, e quais seriam as saídas mensais. Os valores dos investimentos foram obtidos mediante pesquisa e consultas a profissionais atuantes na região. Já os

salários foram obtidos na plataforma do Sistema nacional de Empregos (SINE) e os demais por estimativa, de acordo com os valores praticados na cidade. As tabelas 1 e 2 apresentam esses resultados.

Tabela 1 - Investimentos necessários
INVESTIMENTOS

Geladeira industrial	R\$4.499,00
Alvará Sanitário	R\$227,18
Propaganda	R\$350,00
Sistemas	R\$4.000,00
	R\$9.076,18

Fonte: elaborado pela Autora, 2017.

São necessários alguns investimentos sendo eles:

- Uma Geladeira industrial, que tenha capacidade para armazenar corretamente as doações que não forem consumidas no dia;
- Um alvará de funcionamento obtido na prefeitura autorizando o funcionamento do local;
- Uma propaganda para divulgar o Banco de Alimentos de modo a conseguir mais doadores;
- Um sistema que possibilite o controle de entradas e saídas dos alimentos, bem como a quantidade em estoque.

Tabela 2 - Gastos adicionais
FLUXO DE CAIXA COMPLEMENTAR/MENSAL

Técnico em alimentos	R\$ 1.454,59
Nutricionista	R\$ 1.999,14
Despesas Diversas	R\$ 500,00
	R\$ 3.953,73

Fonte: elaborado pela Autora, 2017.

Mensalmente, serão necessário desembolsos com:

- Um Nutricionista, responsável pela elaboração dos cardápios, do manual de boas práticas e da supervisão dos trabalhos;
- Um técnico em alimentos, responsável pela separação e armazenamento dos alimentos;
- Algumas despesas de menor relevância como: água e energia para a manutenção da cozinha; Combustível para abastecer o veículo que irá fazer o transporte dos alimentos; e produtos de limpeza para higienizar o veículo nos dias de coleta.

Após tais constatações, foram realizados os cálculos dos indicadores que dariam suporte à Análise de Viabilidade. Serão analisados dois cenários: primeiro sem parcerias, e o segundo com parcerias.

Tabela 3 - Análise de Viabilidade no Cenário 1 - Sem parcerias

ANALISE DE VIABILIDADE DO NOVO INVESTIMENTO

Período / trimestre	0	1	2	3	4
Invest. Inicial	-R\$ 9.076,16	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Economia/Mês	-	R\$ 9.000,00	R\$ 15.000,00	R\$ 15.000,00	R\$ 15.000,00
Fluxo de caixa	-	-R\$ 2.861,19	R\$ 3.138,81	R\$ 3.138,81	R\$ 3.138,81
fluxo de cx descontado	-	-R\$ 2.846,96	R\$ 3.107,66	R\$ 3.092,19	R\$ 3.076,81
FC acumulado	-	-R\$ 2.861,19	R\$ 277,62	R\$ 3.416,43	R\$ 6.555,24
FCD acumulado	-	-R\$ 2.846,96	R\$ 260,70	R\$ 3.352,90	R\$ 6.429,71
<i>Payback</i> Simples	-R\$ 9.076,16	-R\$ 11.937,35	-R\$ 8.798,54	-R\$ 5.659,73	-R\$ 2.520,92
<i>Playback</i> descontado	-R\$ 9.076,16	-R\$ 11.923,12	-R\$ 8.815,46	-R\$ 5.723,26	-R\$ 2.646,45
TIR	31,49%				
VPL	-R\$ 2.646,45				
TMA (ki)	0,50%				

Fonte: elaborado pela Autora, 2017.

A tabela 3 demonstra os cálculos das ferramentas de análise num cenário onde não houvesse parcerias. O resultado foi de um VPL de -R\$2.646,45; uma TIR de 31,49% e um período de *payback* superior a quatro trimestres.

Tabela 4 - Análise de Viabilidade no Cenário 2 – Fazendo parcerias com uma equipe de marketing e com desenvolvedores de sistemas.

ANALISE DE VIABILIDADE DO NOVO INVESTIMENTO

Período / mês	0	1	2	3	4
Invest. Inicial	-R\$ 4.726,18	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Economia/Mês	-	R\$ 9.000,00	R\$ 15.000,00	R\$ 15.000,00	R\$ 15.000,00
Fluxo de caixa	-	-R\$ 2.861,19	R\$ 3.138,81	R\$ 3.138,81	R\$ 3.138,81
fluxo de cx descontado	-	-R\$ 2.846,96	R\$ 3.107,66	R\$ 3.092,19	R\$ 3.076,81
FC acumulado	-	-R\$ 2.861,19	R\$ 277,62	R\$ 3.416,43	R\$ 6.555,24
FCD acumulado	-	-R\$ 2.846,96	R\$ 260,70	R\$ 3.352,90	R\$ 6.429,71
<i>Payback</i> Simples	-R\$ 4.726,18	-R\$ 7.587,37	-R\$ 4.448,56	-R\$ 1.309,75	R\$ 1.829,06
<i>Playback</i> descontado	-R\$ 4.726,18	-R\$ 7.573,14	-R\$ 4.465,48	-R\$ 1.373,28	R\$ 1.703,53
TIR	45,83%				
VPL	R\$ 1.703,53				
TMA (ki)	0,50%				

Fonte: elaborado pela Autora, 2017.

A tabela 4 demonstra os cálculos das ferramentas de análise num cenário em que houvesse parceria com uma equipe de marketing e com uma equipe de

desenvolvedores de sistemas, ou seja, não haveria desembolso com esses dois investimentos. O resultado foi de um VPL de R\$1.703,53; uma TIR de 45,83% e um período de *Payback* de 3,5 trimestres.

Deve-se fazer uma análise conjunta das ferramentas de análise, pois a análise individual pode levar a equívocos.

Mesmo que Santos e Pamplona (2005) critiquem o fato de o Fluxo de Caixa ignorar a possibilidade de abortar o investimento, como dito por Bruni (2013) é muito usual, e foi utilizado como passo inicial, para assim materializar as expectativas de entradas e saídas de caixa.

Embora Gitman (2003) e Ross et al. (2005) considerem o VPL uma técnica sofisticada de orçamento de capital, deve-se reconhecer, como dito por Ross et al. (2005) que a movimentação financeira é apenas estimada, não é conhecida; além do fato de essa métrica não incorporar os riscos inerentes a qualquer negócio. Como demonstrado anteriormente, o projeto apresentou um VPL negativo levando em consideração um período de quatro trimestres e nenhuma parceria. Considerando as parcerias, o VPL passa a ser positivo no mesmo período.

O mesmo se diz do período de *Payback*. Nota-se que na primeira situação não se consegue o retorno dentro de um ano. Porém, em uma análise detalhada, nota-se que seguindo a projeção em menos de seis trimestres já teria ocorrido o retorno de todo o investimento. Considerando parcerias, o projeto já começaria a gerar economia no meio do quarto trimestre.

Nas duas hipóteses a TIR obtida é bem maior que a TMA. Aliando esses dados ao VPL e ao Período de *Payback*, pode-se concluir que a economia gerada compensa o investimento realizado. Logo, o investimento é viável para a instituição.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo procurou desenvolver um projeto em que se evidencie os investimentos necessários, os custos e a economia gerada na instituição caso seja implantado o Banco de Alimentos, ou seja, se tal investimento é viável para a instituição. Para alcançar esse objetivo, foi feito o que Souza (2003) resume em três passos genéricos: a construção de Fluxos de caixa, aplicação das técnicas de avaliação e a seleção de alternativas viáveis.

Para Construir os Fluxos de Caixa, foi necessário a coleta de dados *in loco*, por meio de visitas à instituição e de entrevistas a três varejistas de horti-fruti da cidade. Após a coleta de dados foram aplicadas as técnicas de avaliação: foi feita a definição do período de projeção, do custo de oportunidade e da TMA, para proceder aos cálculos do VPL, *Payback* descontado e TIR, em um cenário em que não houvesse parcerias e em um cenário com parcerias.

Com a análise dos dados pode-se concluir que o investimento é viável para a instituição, pois, mesmo em um cenário em que não houvesse parcerias, o retorno viria rápido, graças a uma TIR superior a 30%. Além dos benefícios econômicos, o projeto traz grandes benefícios sociais como a melhoria na qualidade de vida dos residentes e o reaproveitamento de alimentos que seriam descartados.

É necessário, porém, reconhecer a imperfeição do presente artigo, devido a algumas limitações inerentes ao desenvolvimento do mesmo. Os fatos relacionados não comprometem os resultados obtidos com a pesquisa.

São recebidas doações de artigos usados como, por exemplo: roupas, sapatos, roupas de cama cadeiras de rodas e móveis. Esses artigos não possuem uma base de estimativa confiável de seu valor de venda, ou de uso. Há outros onde

se pode avaliar o custo unitário, no entanto, não foi feito o registro da quantidade recebida, nem de quando essas doações foram utilizadas. Mas sabe-se que elas foram utilizadas. Caso fosse acrescentar essas doações ao Fluxo de caixa, deveria ser feito um registro de receita e um de despesa no mesmo valor, o que não iria interferir no resultado final. Por esse motivo, esses elementos não foram acrescentados ao cálculo do Fluxo de caixa.

Não se tem um registro periódico do que é consumido. Os cardápios são feitos semanalmente, e as compras, de acordo com o que não foi recebido em doação. Por isso, não se sabe exatamente qual o consumo de horti-fruti da instituição.

Para dar continuidade e efetividade ao presente trabalho, é sugerido buscar o maior número de parceiros possível para assim reduzir os investimentos e os desembolsos mensais. Essa parceria pode vir da esfera privada, por meio de doações de empresários ou mesmo da sociedade civil que conhece e confia na instituição; da esfera pública, por meio do aumento da subvenção; e da Prefeitura que pode destinar recursos à instituição por meio da Lei Orçamentária Anual, haja vista que ela atende os requisitos da Lei 4.320/64.

Ressalta-se que a instituição tem grande parte de suas receitas advindas das mais diversas doações, o que causa uma grande instabilidade e exige esforço redobrado da administração. Por esse motivo, sugere-se desenvolver um trabalho de conscientização com todos os doadores: existentes e os novos informando-os que mais importante que a quantia doada, é a regularidade com que se doa, pois ao poder contar com as doações, a administração terá uma maior facilidade de gerenciar os recursos.

ABSTRACT

In all Sectors of the economy, there is a constant concern to reduce costs and make investments correctly, so as not to lose resources. The objective of this article is to identify the necessary investments, costs and the savings generated in the long-stay institution for the elderly if the Food Bank is implemented, ie if such investment is viable. The research can be classified as exploratory of a quantitative nature. Data were collected through interviews with three Horti-Fruti retailers in the city, on-site visits at the institution, and were analyzed in a quantitative way. The result of the study shows through the VPL analysis tools; Discounted payback and TIR that even without partnerships, the investment is able to generate significant savings. The importance of this work is due to the fact that the Third Sector suffers even more than others with the constant external demands, and the lack of resources to comply with them, so it must technically evaluate its investments.

Key words: Food Bank. Viability. Third sector.

REFERÊNCIAS

AMERICANAS. 2017. Disponível em:
<https://www.amERICANAS.com.br/produto/21184697/geladeira-refrigerador-comercial-inox-4-portas-cegas-grep-4p-gelopar?pfm_carac=geladeira%20industrial&pfm_index=66&pfm_page=search&pfm_pos=grid&pfm_type=search_page%20&voltagem=220>. Acesso em: 07 set. 2017.

BANCO DE ALIMENTOS DE SÃO PAULO. 2017. Disponível em:
<<http://www.bancodealimentos.org.br>>. Acesso em: 30 abr. 2017.

BERK, Jonathan; DeMARZO, Peter. **Finanças Empresariais: Essencial**. Bookman, 2010. Disponível em: <[Minha Biblioteca]>. Acesso em: 16 jun. 2017.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil (1988). Promulgada em 05 de outubro de 1988. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 19 out. 2016.

_____. RDC 216, de 15 de setembro de 2004. **Diário Oficial da União**, Brasília, 16 set. 2004. Disponível em:
<<http://portal.anvisa.gov.br/documents/33916/388704/RESOLU%25C3%2587%25C3%2583ORDC%2BN%2B216%2BDE%2B15%2BDE%2BSETEMBRO%2BDE%2B2004.pdf/23701496-925d-4d4d-99aa-9d479b316c4b>>. Acesso em: 3 nov. 2017.

_____. RDC 283, de 26 de setembro de 2005. **Diário Oficial da União**, Brasília, 27 set. 2005. Disponível em:
<http://portal.anvisa.gov.br/documents/10181/2718376/RDC_283_2005_COMP.pdf/a38f2055-c23a-4eca-94ed-76fa43acb1df>. Acesso em: 3 nov. 2017.

BRUNI, Leal A. **Avaliação de investimentos**. 2.ed. 2013. Disponível em:
<<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522478385/>>. Acesso em: 01 maio 2017.

CAMLOFFSKI, R. **Análise de investimentos e viabilidade financeira das empresas**. 2014. Disponível em:
<<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522486571/>>. Acesso em: 01 maio 2017.

CEASA CAMPINAS. 2017. Disponível em:
<http://www.ceasacampinas.com.br/novo/Proj_historia.asp>. Acesso em: 12 out. 2017.

GITMAN, L. J. **Princípios de administração financeira**. 10.ed. São Paulo: Pearson Addison Wesley, 2003.

HELPERT, E. A. **Técnicas de análise financeira: um guia prático para medir o desempenho dos negócios**. Porto Alegre: Bookman, 2000.

IDEIAS NA MESA. [s.d.]. Disponível em:
<https://ideiasnamesa.unb.br/upload/bibliotecaldeias/1391606568Caderno_Seguranca_Alimentar.pdf>. Acesso em: 12 out. 2017.

LEMES JÚNIOR, Antônio Barbosa; RIGO, Cláudio Miessa; CHEROBIM, Ana Paula Mussi Szabo. **Administração financeira: princípios, fundamentos e práticas brasileiras**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

MARCHI, Nivea Cristina Steffen. **Análise de projetos de investimentos em uma instituição financeira – Banco do Brasil S/A**. 2007. 34f. Monografia (Especialização em Gestão de Negócios Financeiros) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Blumenau, 2007.

PORTAL DO MARKETING. 2011. Disponível em: <<http://www.portaldomarketing.com.br/Artigos/maslow.htm>>. Acesso em: 15 jun. 2017.

REDE DE BANCOS DE ALIMENTOS DO RIO GRANDE DO SUL. [s.d.]. Disponível em: <<http://www.redebancodealimentos.org.br/Pagina/163/Como-Criar-um-Banco-de-Alimentos-em-sua-Cidade>>. Acesso em: 30 out. 2017.

ROSS, Stephen A. et al. **Administração Financeira**. 10.ed. AMGH, 2005. Disponível em: <>. Acesso em: 01 maio 2017.

ROSS, Stephen, WESTERFIELD, Randolph; JAFFE, Jeffrey. **Administração Financeira: Corporate Finance**. São Paulo: Atlas, 2012.

SANTOS, Elieber M.; PAMPLONA, Edson de O. Teoria das Opções Reais: uma atraente opção no processo de análise de investimentos. **Revista de Administração da USP – RAUSP**, v. 40, n. 3, jul./set. 2005.

SCHROEDER, Jocimari Tres et al. **O custo de capital como taxa mínima de atratividade na avaliação de projetos de investimento**. In: SIMPEP, 2004, Bauru, nov. 2004. p. 1-8.

SILVA, Arcênio Rodrigues da. A origem do terceiro setor no Brasil. **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, v. 11, n. 53, maio 2008. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=2888>. Acesso em: 01 maio 2017.

SINE. [s.d.]. Disponível em: <<https://www.sine.com.br>>. Acesso em: 11 set. 2017.

SLOMSKI, V. et al. **Contabilidade do Terceiro Setor**. São Paulo: Atlas, 2012.

SOUZA, A. F. **Avaliação dos investimentos**. São Paulo, 2003. Disponível em: <>. Acesso em: 01 maio 2017.

TITMAN, Sheridan; MARTIN, John D. **Avaliação de Projetos e Investimentos**. Bookman, 2010.

VIEIRA, R. F. C. et al. Análise comparativa da viabilidade financeira entre a utilização da produção própria ou terceirizada: Estudo de caso em uma empresa de móveis. In: SIMPÓSIO DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 21., 2014, São Paulo. **Anais...** São Paulo: SIMPEP, 2014.